

## **TURISMO RURAL, RENDA E BEM-ESTAR: ESTUDO COM AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL, RS**

Cléia dos Santos Moraes<sup>1</sup>  
Marcelino de Souza<sup>2</sup>

### **Resumo**

Este trabalho analisa o nível e a composição da renda, bem como a condição de bem-estar das famílias que fazem parte da Rota Colonial Linha Stein, e trabalham com a atividade de turismo rural, e das famílias vizinhas que não trabalham com a atividade. Para tanto, foi preparado um instrumento de coleta de dados para aferir as rendas e os indicadores de bem-estar das famílias. A metodologia utilizada contemplou a tipificação das famílias conforme as atividades que eram desenvolvidas por seus membros. Os resultados mostram que as famílias que fazem parte do roteiro, bem como as que não fazem, são em sua maioria pluriativas e suas rendas são compostas principalmente pela renda agrícola, embora a renda não-agrícola ofereça uma importante contribuição. Verificou-se também uma participação importante da fonte de renda de aposentadorias e pensões. A atividade de turismo rural proporcionou às famílias um incremento na renda e um bom nível de bem-estar. Estes foram estendidos indireta e, algumas vezes, diretamente às famílias que não trabalham com turismo rural, mas fazem parte da comunidade.

**Palavras-chave:** turismo rural, renda, bem-estar, agricultura familiar

---

<sup>1</sup> Engenheira Agrônoma, Mestre em Extensão Rural pela UFSM. Professora Substituta do Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural da UFSM. E-mail: cleias@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Engenheiro Agrônomo, Doutor em Engenharia Agrícola; Professor Adjunto da UFRGS. E-mail: marcelino.souza@uol.com.br

## **RURAL TOURISM, INCOME AND WELFARE: A STUDY ABOUT FAMILIAR FARMERS AT “SALVADOR DO SUL”, RS**

### **Abstract**

This work evaluate the level and composition of the income, as well the welfare of the families who are part of the Linha Stein Colonial Route, and work with rural tourism, as well the neighboring families that doesn't work with rural tourism. To the evaluation was prepared an instrument to collect the data to survey the incomes and the pointers of welfare of the families. The used methodology contemplated the qualification of the families in agreement the activities that were developed by its members. The results show that the families who are part of the Route, as well as that do not make part, are in its majority pluriactivity and its incomes are composed with priority for the agricultural income, being that the not-agriculturist income offers an important contribution. One also verified an important participation of the source retirements and pensions in income. About the welfare of the families, in all of them was found a high level. The activity of rural tourism provided to the families an increment in the income and a good level of welfare. These had been extended, indirectly and some times directly to the families who do not work with rural tourism that are part of the community.

**Key-words:** rural tourism, income, welfare, family farm

### **1. Introdução**

As transformações recentes ocorridas nos processos de comunicação, de acesso a informações e de sistemas de produção na sociedade em geral, representam uma nova fase do progresso tecnológico e de acumulação financeira do capital. Em geral, caracteriza-se esta fase por uma busca desenfreada por economias de escala nos diversos mercados, aumento de produtividade por métodos novos, uso de novos instrumentos, e outros aspectos, os quais têm causado profundos impactos sobre a vida econômica, social, cultural e política. Ao mesmo tempo em que gera crescimento produz enormes diferenças entre as regiões e países, com conseqüências econômicas desiguais nos diversos locais de produção segundo as estruturas e sistemas produtivos. Este fenômeno é designado na literatura como globalização.

O desenvolvimento tecnológico introduz mudanças qualitativas no processo de trabalho, em especial, nas qualificações, na divisão técnica e na organização, bem como na própria distribuição setorial do emprego dadas as rápidas expansões e declínios de atividades econômicas. De um lado, este processo possibilitou um impressionante aumento da produção e das trocas conduzindo a uma generalização do mercado, com a comercialização de praticamente tudo. De outro, transforma antigas formas de organização do trabalho e introduz novas formas de articulação do capital e trabalho. A nova divisão de trabalho se realiza, basicamente, pela globalização dos mercados financeiros, mas também pelo ajuste estrutural das economias centrais que cria desemprego, êxodo, envelhecimento e despovoamento nas diversas regiões e não se mostra sustentável.

Segundo Cristóvão e Miranda (2005), a globalização neoliberal da economia mundial e da vida social em geral, e a pressão que ela exerce sobre os estados, territórios e pessoas é um forte ingrediente nas crises setoriais que se observam em muitos países nos mais diversos cantos do globo. Para estes autores, o valor central desta globalização é o crescimento da “massa monetária” e da economia, não o bem-estar social e o desenvolvimento.

Os efeitos da globalização no meio rural, levando em conta que esta tem sido dirigida pelos interesses financeiros e empresariais, podem ser vistos nos processos de abandono e marginalização, derivados da concentração de recursos em espaços considerados mais produtivos e rentáveis.

A chamada “mundialização ” se “processa, todavia, com grandes diferenças, de toda a natureza, e com exclusões, a exclusão dos inúteis, dos que não podem ou não querem vender as suas aptidões e a sua força de trabalho, que não têm suficiente poder de compra que interesse ao mercado” (Dolfus (1994) apud Cavaco (2005: 94).

Assim, assistiu-se a uma tendência da concentração da produção primária que conformou uma estrutura produtiva menos diversificada, tornando o setor muito mais vulnerável considerando as tendências futuras de produção de commodities. A intensificação deste processo levou a uma redução das rendas dos agricultores devido ao crescimento da oferta e a estagnação da demanda, exigindo ampliação crescente das economias de escala.

O fato é que a conjugação destes aspectos afetou principalmente os agricultores menos capitalizados envolvidos com produção de artigos não-transacionáveis nos mercados internacionais, ou seja, a pequena produção de base familiar, ou o segmento que se convencionou chamar de “agricultura familiar”.

Esta questão é muito preocupante na medida em que é o principal grupo social com elevada proporção no conjunto populacional do meio rural, mas também porque atualmente pode contribuir para a solução do desemprego. Por isso, existe a necessidade de repensar este processo de abandono e esvaziamento populacional, social e econômico que atinge principalmente esse segmento e suas implicações para a questão do desenvolvimento regional.

Este último tem sido objeto de preocupações e de formulações de políticas públicas nos países desenvolvidos (EUA e Europa), traçando-se objetivos explícitos de reversão de tais tendências (Camarano e Abramovay, 1998).

A reformulação das políticas de desenvolvimento atualmente contempla a questão da dissolução de fronteiras entre o rural e o urbano, ou seja, as fronteiras estão se tornando cada vez mais nebulosas, permitindo o surgimento de uma nova racionalidade, em especial, a questão das múltiplas funcionalidades do meio rural, onde a sua imagem tem sido, com frequência, associada a um novo mercado de bens simbólicos e estéticos, evidenciando-se a re-inserção de segmentos da população rural em novas atividades.

É por isso que Bryden, citado em Cristóvão e Miranda (2005), afirma que as mudanças globais que afetam a sociedade são também portadoras de novas perspectivas de desenvolvimento para os territórios rurais. Neste contexto, o autor assinala o ganho de importância das noções de território e de identidade local e o conjunto de novas oportunidades, como acesso a novos mercados e atividades.

Entre essas perspectivas encontra-se a diversificação das atividades internas e externas à propriedade, envolvendo um ou mais membros da família, a qual denomina-se pluriatividade, que significa a ocupação de indivíduos das famílias em outras atividades, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas, dentro ou fora da unidade de produção, no rural ou no urbano; a partir do momento em que não se ocupam mais em tempo integral da agricultura e ficam com tempo liberado para se ocupar de outras

atividades. Neste rol de novas atividades, surge o turismo rural, que hoje já vem sendo reconhecido como uma importante alternativa para a manutenção das famílias no campo. Esta atividade vem crescendo continuamente e se destacando na discussão sobre as novas estratégias de desenvolvimento e desenvolvimento rural. Segundo Blos (2000:199):

... encontramos hoje na imprensa referências otimistas sobre a explosão da atividade turística rural em praticamente todas as regiões do país, de Sul a Norte. Na maioria das vezes, trata-se de reportagens e anúncios turísticos sem nenhuma vinculação ou justificativa para o desenvolvimento das comunidades onde se localizam esses negócios. É fundamental, entretanto, entender a dinâmica que se estabelece entre a idéia de imperativos de um projeto de desenvolvimento pela via do turismo...

A capacidade de crescimento do turismo rural, como alternativa para os processos de desenvolvimento rural, tem sido destacada como relativamente elevada. Segundo Simões (2003:15), esta tem sido uma atividade em franco progresso, prevendo-se que continue a crescer consideravelmente nos próximos anos. Ainda segundo este autor, a Organização Mundial do Turismo – OMT prevê um crescimento da ordem de 4% ao ano para o turismo internacional até o ano de 2010. O turismo rural também tem sido objeto de interesse na academia, onde se busca uma melhor compreensão dos aspectos ligados a esta atividade, como seus impactos nas famílias que a adotam e nas regiões onde ela é desenvolvida.

Também vêm sendo realizados estudos sobre em quais realidades o turismo rural se adapta e passa a ser definitivamente um vetor de desenvolvimento rural<sup>3</sup>. No decorrer dos anos, desde o relato da primeira experiência que ocorreu no Brasil, em Lages-SC, no ano de 1986 (Zimmermann, 1996), estes estudos foram se intensificando, aprofundando e se especificando.

Também o turismo rural pode ser um elemento importante no sentido de provocar algumas melhorias em termos de bem-estar e qualidade de vida para as famílias e comunidades que o adotam. Como se

---

<sup>3</sup> O desenvolvimento rural, segundo Kageyama (2004), é um processo no qual se inclui a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala, a pluriatividade das famílias rurais, entre outros.

sabe, o desenvolvimento rural passa pela melhoria na qualidade de vida das famílias rurais, que pode ocorrer através de um aumento em sua renda, o que conseqüentemente pode implicar em mais conforto, qualidade de vida e bem-estar<sup>4</sup>.

Assim sendo, torna-se coerente que se façam estudos sobre os impactos do turismo rural no nível de bem-estar das famílias que adotam esta atividade. Existem muitas discussões e estudos realizados sobre benefícios que o turismo rural oferece às famílias, devido a algumas características que são intrínsecas à atividade, por exemplo, o resgate cultural, a valorização da cultura, costumes locais e patrimônio construído<sup>5</sup>, preservação do meio ambiente, entre outros.

Deste modo, torna-se relevante conhecer os aspectos relativos à atividade turística no meio rural, em especial, estudar os impactos do turismo rural sobre o nível e a composição da renda destas famílias e as mudanças decorrentes do seu desenvolvimento. Adicionalmente, mas não menos importante, é a necessidade de se conhecer como esta atividade é introduzida entre os agricultores familiares, principalmente para fins de elaboração e implementação de novas políticas públicas ao segmento da agricultura familiar.

Neste sentido, este estudo investiga o nível, a composição de renda e indicadores de bem-estar das famílias de um roteiro turístico no município de Salvador do Sul, a Rota Colonial Linha Stein. Para tanto, foi realizado um estudo comparativo entre as famílias que fazem parte da Rota e famílias vizinhas que não desenvolvem atividades de turismo.

## 2. Metodologia utilizada

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se uma amostra não-probabilística intencional que, segundo Almeida (1989), consiste em

---

<sup>4</sup> O bem-estar é um termo de difícil e variada conceituação. O bem-estar, no sentido em que foi aqui considerado, consiste em obter bens e elementos que proporcionem uma qualidade de vida. Na grande maioria das vezes eles possuem um custo que está associado a sua aquisição. Para muitos autores, é o acesso a estes bens que proporcionam uma melhor ou pior qualidade de vida, pois, segundo Correia apud. Cavaco (2004:107): "... a qualidade de vida envolve acesso a bens e serviços básicos (ensino, saúde) culturais e de lazer, mesmo com atividades 'itinerantes' (Internet, televisão por cabo, teletrabalho, que são desterritorializadas), qualidade ambiental, modos de vida tranquilos...".

<sup>5</sup> A esse respeito ver o trabalho de Fucks (2005).

selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas. No presente caso, a amostra foi composta por um grupo de 5 (cinco) famílias que trabalham com a atividade de turismo rural, e um outro grupo de 5 (cinco) famílias que não estavam inseridos no roteiro turístico na localidade Linha Stein do município de Salvador do Sul.

## 2.1 Área de estudo

O município de Salvador do Sul, na região do Vale do Caí, constitui-se em um município relativamente pequeno, onde se ressalta a atividade de agricultura familiar, que passou, nas últimas décadas, por uma série de mudanças e problemas, os quais levaram estas famílias a procurarem por alternativas para a sua manutenção no campo. A população é de 6.039 habitantes, sendo que destes 48,4% residem no meio rural. A zona rural do município caracteriza-se pela presença de propriedades com estratos de menos de 5 ha até 50 ha, sendo que a maioria delas, 27,9% encontra-se em estratos de 5 ha até 10 ha<sup>6</sup>. Este município foi pioneiro na região do Vale do Caí a adotar a atividade de turismo rural com a assistência do escritório municipal da EMATER/RS – Ascar. Formou-se, em Salvador do Sul, a Rota Colonial Linha Stein, que fica em uma comunidade que se compõe por 15 famílias, das quais, no período da pesquisa, 5 faziam parte do roteiro turístico. A Rota Colonial Linha Stein faz parte de um roteiro maior que abrange a microrregião de Salvador do Sul, o Roteiro Caminho das Velhas Colônias, do qual participam cinco municípios: Barão, São Pedro da Serra, Maratá, Brochier e Salvador do Sul.

O roteiro é fruto de um DRP (Diagnóstico Rural Participativo) realizado pela EMATER/RS – Ascar. A partir deste diagnóstico, foram priorizadas as ações de turismo e meio ambiente. Durante o passeio à Rota Colonial Linha Stein, que é pioneira na Região do Vale do Caí, os visitantes e turistas podem apreciar o Túnel de Linha Bonita, que é o único túnel curvilíneo escavado na pedra da América Latina. A partir daí pode-se conhecer as famílias integrantes do roteiro. As famílias se identificam, no roteiro, de acordo com a atividade agropecuária e agroindustrial que desenvolvem e proporcionam aos visitantes os seguintes empreendimentos: a Casa das Massas, propriedade Moenda da Cana, Panificação Recanto Colonial, propriedade da Acácia Negra e Pesque e Pague das Pinguelas.

---

<sup>6</sup> Dados retirados do Relatório de Ações e Resultados 2005, do Escritório Municipal da EMATER/ASCAR-RS do município de Salvador do Sul.

Após a visitação às propriedades, os turistas podem adquirir produtos coloniais produzidos pelas famílias; no final do passeio também é oferecido o Café da Colônia pelas famílias da Rota, quando elas se reúnem e juntam seus produtos para prepará-lo.

## **2.2. Contatos, visitação e coleta de dados**

No site da SETUR – Secretaria do Estado de Turismo – foram encontrados documentos com a descrição de vários roteiros turísticos existentes no RS, com informações e contatos. Através de uma pesquisa nestes documentos, e de acordo com os objetivos propostos por esta pesquisa, foi escolhida a rota objeto de estudo deste trabalho. A escolha da Rota Colonial Linha Stein se deu devido ao tempo relativamente longo que a atividade de turismo rural já vinha sendo desenvolvida, o que mostra uma certa consolidação dos processos estabelecidos para a concretização da rota na comunidade.

Em um primeiro momento, foi realizada uma coleta de dados secundários, através de documentos que continham informações sobre o município de Salvador do Sul e da Rota Colonial Linha Stein, objeto direto do estudo. Foram, assim, sistematizadas as informações sobre o roteiro turístico e sobre o município como um todo. As informações coletadas neste momento foram obtidas através de pesquisas na internet e através de folhetos e folders sobre a cidade e sobre o roteiro turístico, Rota Colonial Linha Stein. Em um segundo momento, foi estabelecido um contato telefônico com pessoas responsáveis pela Rota Colonial, através do escritório municipal da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER/RS – ASCAR. As pessoas contatadas foram a chefe e o técnico agropecuário do escritório municipal. A partir destes contatos, foram também acionados os responsáveis ligados à Prefeitura de Salvador do Sul que nos cederam outras informações e documentos sobre o município e suas características gerais<sup>7</sup>.

A visitação ocorreu no período de 04 a 07 de abril de 2006, e a aplicação dos questionários se concentrou nos dias 05 e 06. Foram visitadas 10 famílias ao total da pesquisa, 5 famílias que estão inseridas na Rota Colonial Linha Stein, ou seja, que trabalham em suas propriedades com a atividade de turismo rural. E o mesmo número de famílias, que são

---

<sup>7</sup> Estas informações foram obtidas de Forneck (2005).



vizinhas a estas, e que não estão inseridas no roteiro, sendo estas entrevistadas aleatoriamente.

Estas visitas ocorreram sempre com o apoio do escritório municipal da EMATER/RS – ASCAR. Nestas visitas, os questionários foram aplicados aos proprietários dos empreendimentos de turismo rural e das propriedades que possuíam apenas atividade agrícola. Foi feito um reconhecimento do local e das características do município, bem como contato com a prefeitura e demais entidades de interesse para os objetivos deste trabalho. Ainda foram realizados registros sobre os demais aspectos turísticos do município e da Rota Colonial. Estes registros ocorreram sob forma de anotações e fotografias.

O instrumento que foi utilizado para coleta de dados constou de um questionário contendo perguntas com respostas fechadas, abordando especificamente o problema proposto pela pesquisa. Este instrumento de coleta de dados já havia sido previamente testado quando houve a realização de outra pesquisa de maior abrangência, o Projeto Urbano (Fase III), coordenado pelo Núcleo de Economia Agrícola da UNICAMP (Universidade de Campinas), desenvolvido nos anos de 2001 e 2003.

No que diz respeito à unidade de análise utilizada, este é o chamado “estabelecimento expandido” que comporta informações acerca da família nuclear, os parentes e agregados que vivem no mesmo domicílio, outras informações referentes ao estabelecimento agropecuário. Desta forma, procurou-se construir uma unidade de consumo e de renda das pessoas que vivem sob um mesmo teto e que partilham entre si um “fundo comum” de recursos monetários e não-monetários.

A composição da unidade familiar se deu através da junção dos membros denominados de “pessoas de referência”, “cônjuge”, “filhos”, “outros parentes” e “agregados”. Essa opção metodológica se deve a duas razões: primeiro, a necessidade de se ter em conta a dissociação crescente entre a família e a exploração agropecuária, seja em relação à renda, seja em relação à ocupação dos membros, o que leva ao fato de que a gestão da unidade de produção venha se tornando crescentemente individualizada, mesmo naquelas regiões onde predominam pequenas explorações familiares. Segundo, o fato de que não se pode mais reduzir o rural ao setor agropecuário, seja em função das múltiplas atividades que são lá

realizadas, seja porque há uma dissociação crescente entre local de moradia e local de trabalho para um determinado local ou território<sup>8</sup>.

Posteriormente, foi realizada uma tipificação das famílias de acordo com os dados encontrados na pesquisa. As famílias foram separadas de acordo com a figura 1.

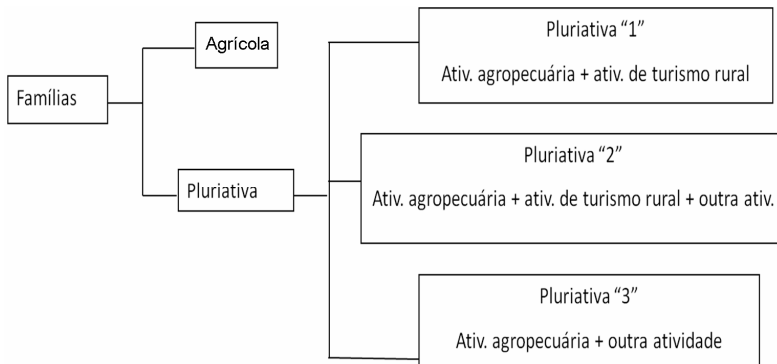


Figura 1. Tipificação das famílias pesquisadas

O período que foi considerado de referência para esta pesquisa foi de setembro de 2004 até outubro de 2005 para que se pudesse contemplar um ano agrícola .

O nível de renda dos produtores foi obtido através de algumas questões contidas no questionário, de maneira a se discriminar a origem da renda, observando se era oriunda de atividades agrícolas ou não-agrícolas, ou se era oriunda de aposentadorias ou pensões, ou ainda de “outras rendas”. Identificada a origem das rendas da família e do empreendimento, estas passaram por uma classificação para, posteriormente, uma análise em relação às atividades desenvolvidas nas diferentes famílias.

A classificação da renda das famílias foi composta da seguinte forma: a) renda agrícola, a partir da qual foi contabilizada toda renda provinda de produção agrícola e de animais, como produtos finais e prontos para venda; b) a renda de autoconsumo da família, ou seja, tudo o que foi produzido e consumido na propriedade no período considerado, c) renda não-agrícola, na qual foi contabilizada toda a renda da família que não

<sup>8</sup> Para uma discussão mais aprofundada a este respeito, ver o trabalho de Brun (1989).

provém da atividade agrícola ou pecuária. Entram nesta fonte a renda obtida com a atividade de turismo rural e atividades desenvolvidas pelos membros da família que ocorrem fora da propriedade; d) renda de aposentadorias e pensões, as quais são contabilizadas todas as rendas de transferência social, em especial as aposentadorias e pensões que os membros das famílias recebem; e) “outras rendas”, onde foram contabilizadas rendas que são obtidas com investimentos bancários, aluguéis de casas nas cidades, poupanças, etc.

Para a obtenção do índice de bem-estar das famílias pesquisadas, a análise teve como base o índice de bem-estar social (IBES), baseando-se em dois autores. Kageyama (2004) discute o índice de bem-estar social com algumas variáveis e Garcia (2003) trabalha o grau de acesso dos domicílios rurais aos bens essenciais e grau de adequação relativa dos domicílios rurais, com algumas variáveis diferentes das trabalhadas por Kageyama (2004).

O índice de bem-estar social, proposto por Kageyama (2004), descreve este índice como sendo composto por variáveis relativas ao município (que, no caso de seu estudo, foi a unidade de análise) como um todo. O IBES refere-se apenas à situação de bem-estar nos domicílios rurais. Para a mensuração deste índice, a autora utiliza os seguintes indicadores: proporção de domicílios rurais com instalação sanitária; proporção de domicílios rurais com telefone (fixo ou celular); número médio de anos de estudo dos moradores de 7 anos ou mais nos domicílios rurais e proporção de crianças de 7 a 14 anos nos domicílios rurais que freqüentam escola. É preciso levar em consideração que a utilização deste índice para a autora era parte de um índice maior, o Índice de Desenvolvimento Rural (IDR), que é composto, segundo Kageyama (2004), pela média entre os índices de população e migração; índice de economia; índice de meio ambiente e o índice de bem-estar social. Em seu estudo, a autora mensurou o IDR para o município de São Paulo.

No trabalho de Garcia (2003), o autor trabalha com o grau de adequação relativa dos domicílios rurais (Garr), onde se utilizam as seguintes variáveis: percentual de domicílios com água com canalização interna ligada à rede geral; percentual dos domicílios com esgotamento sanitário (rede coletora ou fossa séptica); percentual de domicílios com banheiro de uso exclusivo; percentual de domicílios com coleta de lixo; percentual de domicílios com iluminação elétrica e percentual de domicílios

com telefone. Neste caso do grau de adequação relativa dos domicílios rurais, o autor coloca pesos para as variáveis, pelos quais estas serão multiplicadas para que se obtenha o grau de adequação. Outra mensuração feita por Garcia (2003), neste estudo, foi a do grau de acesso relativo dos domicílios rurais aos bens essenciais (Gabe). A metodologia utilizada foi a mesma para o Garr, mas as variáveis são a existência no domicílio de: fogão; geladeira; filtro de água; rádio; TV e máquina de lavar roupa. Para a mensuração, o autor ainda utiliza alguns indicadores de acesso à assistência médico-odontológica que foram: o número médio de consultas por habitante/ano e o percentual de pessoas que nunca consultaram dentistas. Garcia (2003) faz uma comparação das variáveis medidas, entre domicílios rurais e urbanos, através das Pesquisas Nacionais de Amostras de Domicílios (PNADs).

Para o presente trabalho, que teve por objetivo fazer uma comparação do índice de bem-estar entre famílias que estão inseridas em um roteiro de turismo rural e famílias que não estão inseridas, optou-se por fazer uma utilização de variáveis utilizadas pelos dois autores para chegar ao índice de bem-estar social. Então, para obtenção do índice de bem-estar social, neste trabalho foram utilizados os seguintes indicadores: Instalação sanitária (água encanada, esgotamento, banheiro exclusivo), telefone; grau de escolaridade (média de anos de escola dos indivíduos com 7 anos ou mais, na família); coleta de lixo; eletricidade; acesso à assistência médico-odontológica; fogão; geladeira; filtro de água; rádio; TV e máquina de lavar roupa.

Para sistematização dos dados, foi feito inicialmente o levantamento de informações dos indicadores. A partir disso, atribuiu-se valores 1 para presença do indicador e 0 para a ausência do indicador, a média entre eles, ou seja, a soma de todos dividido pelo número total de indicadores foi, então, o índice de bem-estar social daquela família. Para o caso da escolaridade, o método utilizado foi a medida estatística mediana entre os valores médios de anos de escolaridade entre os residentes em idade escolar nos dados coletados. Aos valores que ficaram acima desta mediana, foi atribuído o valor 1 e os que estiveram abaixo da mediana receberam o valor 0. Para a tabulação dos dados, foi utilizado o programa Excel. De posse desta tabulação, confeccionaram-se as tabelas as quais foram analisadas.

### **3. Resultados e discussões**

#### **3.1 Formas de ocupação dos membros das famílias**

Na tabela 1, são apresentadas as profissões em que se ocupam os integrantes das famílias pesquisadas. Nesta tabela, estão dispostos dados, os quais podem apresentar a dupla ocupação, no caso das famílias que trabalham com o turismo rural, onde os integrantes que trabalham com a agricultura têm, além desta ocupação principal, também o turismo rural.

Isto faz com que a profissão de agricultor não esteja computada na soma total dos valores relativos de pessoas ocupadas. Devido ao número relativamente pequeno de famílias na amostra, as atividades quase não se repetem e existe certa variedade destas. Na tabela 1, pode-se notar que o setor de atividade mais exercido pelos integrantes das famílias pluriativas é a construção civil, com a profissão de pedreiro. Também encontramos uma família que conjuga as atividades agropecuárias com a atividade de faxina, o que segundo Leal (2004) se classifica como “pluriatividade não desejada”.

Também se observa nestes dados que as famílias “pluriativas 3” são as que possuem atividade agrícola e outra atividade que não o turismo rural, concentrando o maior número de pessoas ocupadas com atividades não-agrícolas fora da propriedade.

Nas famílias onde existe a atividade de turismo rural, a maioria da mão-de-obra se ocupa nesta atividade e, em dois casos, integrantes da família trabalham no setor de construção civil como pedreiros. Geralmente, as “outras ocupações” declaradas pelos integrantes das famílias são de baixa qualificação, o que pode ser devido aos níveis de escolaridade (anos de estudo) dos membros das famílias que se situam em torno de apenas 5 anos.

TABELA 1

Ocupação principal dos integrantes das famílias pesquisadas

Ocupação principal	Tipos de famílias							
	Pluriativa 1		Pluriativa 2		Pluriativa 3		Agrícola	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
<i>Agricultor*</i>	9	75	2	33,3	4	44,5	6	100
Prestação de serviços (turismo)	12	100	4	66,7	0	0	0	0
Pedreiro	0	0	2	33,4	0	0	0	0
Faxineira	0	0	0	0	1	11,1	0	0
Calçadista	0	0	0	0	1	11,1	0	0
Comerciantes	0	0	0	0	2	22,2	0	0
Frete	0	0	0	0	1	11,1	0	0
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>100</b>	<b>9</b>	<b>100</b>	<b>6</b>	<b>100</b>

\* Dupla ocupação

### 3.2 Composição das rendas familiares

A composição das rendas das famílias estudadas é de elevada importância para a identificação da qualidade de vida e nível de bem-estar das mesmas, pois o rendimento familiar é um parâmetro de bem-estar. Está confirmado nas estatísticas do IBGE que, quanto maior o rendimento da família, menor o tamanho desta, o que se deve a sua melhoria no acesso a informações e conseqüentemente um maior nível de escolaridade. Este, por sua vez, permite-lhe a busca por empregos mais rentáveis ou atividades que lhes proporcionem melhores condições de vida.

O gráfico 1 apresenta a tabulação dos resultados dos dados coletados sobre a composição das rendas das famílias que trabalham e que não trabalham com turismo rural. A composição das rendas das famílias mostra a importância que as rendas não-agrícolas representam na renda total da família, principalmente na agricultura familiar, como é o caso das famílias que compõem este estudo. Dentre estas rendas não-agrícolas, a renda que provém da atividade de turismo rural se destaca. Assim, podemos perceber a importância da pluriatividade para a manutenção das famílias desta comunidade no campo. Porém, muitas vezes, esta vem a partir de atividades que se caracterizam como subempregos, como foi

discutido à luz dos dados sobre as formas de ocupação dos integrantes das famílias.

Pode-se perceber, no gráfico 1, que apesar da contribuição da renda não-agrícola nas famílias que trabalham com turismo rural ser bastante significativa, 32% na média; na renda familiar total, a maior contribuição média ainda é da renda agrícola, sendo 46,4% da renda familiar total. Já para as famílias que não trabalham com o turismo rural, a contribuição da renda não-agrícola é um pouco menor na renda familiar total, perfazendo uma média em torno de 19,1%. Mas, mesmo nestas famílias, que são também pluriativas, a participação da renda agrícola na renda familiar total ainda é superior, perfazendo uma média de 72,2% desta. No caso das famílias agrícolas, a participação da renda agrícola é bem maior; pois não existe participação de rendas não-agrícolas, já que estas se dedicam exclusivamente às atividades agropecuárias.

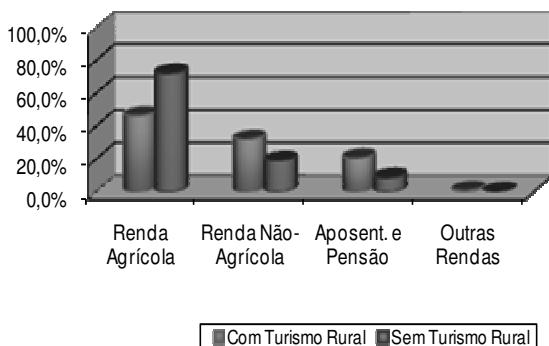


GRÁFICO 1. Composição das rendas familiares

A participação das rendas de aposentadorias e pensões na renda familiar total, nas famílias que trabalham com turismo rural, fica em torno de 20%; das que não trabalham fica em 8,7%, sendo que nas famílias agrícolas fica na média em 8%. O valor para as famílias que trabalham com turismo rural se aproxima muito dos valores encontrados na literatura, pois Leal (2004), quando analisou a composição da renda das famílias do Rio

Grande do Sul, encontrou o percentual de 17% de aposentadorias e pensões. A importância desta renda é bastante elevada na composição da renda familiar total das famílias da comunidade, o que pode ser percebido nos relatos das famílias sobre o fato de que as aposentadorias e pensões são fontes seguras de renda, fontes fixas, que serão recebidas a cada final de mês. Os resultados no seu conjunto confirmam o importante papel social e econômico desempenhado pelas rendas oriundas da previdência social no meio rural, fato que outros autores já comprovaram. A participação de outras rendas na renda familiar total é menor que 1%, sendo que o encontrado na literatura é de 5%, segundo Leal (2004). Este resultado encontrado para o valor de outras rendas nesta comunidade está, de certa maneira, de acordo com a literatura internacional, a qual aponta que “outras fontes de renda são muito menos importantes” na composição da renda média familiar rural (Mackinnon et al., 1991:63). Para estes autores, assim como para nós, os resultados encontrados apontam para o fato de que as três fontes principais de renda são: agrícolas, não-agrícolas e, mais recentemente, as transferências sociais na forma de aposentadorias e /ou pensões.

A tabela 2 dispõe os dados referentes à renda per capita média das famílias entrevistadas. Este item, renda per capita, trata de um indicador de bem-estar, sendo que, muitas vezes, ele é utilizado separadamente para se tentar mensurar o bem-estar de uma família ou comunidade. A renda per capita das famílias que trabalham com o turismo rural é um pouco superior à renda per capita das famílias que não trabalham com a atividade (pluriativa 3). Porém, a diferença não é muito elevada; mas isto pode ser explicado através do fato de que, nas famílias que trabalham com o turismo rural, apesar de o tamanho médio das famílias ser em torno de 5 integrantes, existe uma família que contém 9 integrantes, o que baixou um pouco o valor da renda média per capita.

Com estes valores, se adotarmos a “linha de pobreza”, conforme a metodologia que é utilizada no IBGE, ou seja, como sendo um rendimento mensal igual ou inferior a R\$ 150,00, apesar dos valores médios apresentados, podemos observar no estudo que uma família possui rendimento que a classificaria como abaixo da linha de pobreza. Esta família não trabalha com turismo rural e possui uma área de apenas 0,5ha. Dos integrantes da família, apenas o casal tem rendimentos, sendo os demais integrantes compostos por crianças com idade inferior a 10 anos e



uma pessoa que apresenta problemas mentais, que recebe um rendimento de R\$ 75,00 mensais.

Em se utilizando renda per capita como indicador de bem-estar, pelos valores médios apresentados por este estudo, podemos afirmar que as famílias, baseadas neste indicador, apresentam um bom nível de bem-estar.

TABELA 2  
Renda *per capita* das famílias estudadas

<b>Tipo de família</b>	<b>Renda <i>per capita</i> média R\$</b>	<b>Renda <i>per capita</i> mensal média em salários mínimos</b>
Agrícola	9.922,00	2,77
Pluriativa 1	6.663,66	1,82
Pluriativa 2	9865,50	2,74
Pluriativa 3	5.122,55	1,42
<b>Média Geral</b>	<b>7893,43</b>	<b>2,19</b>

### 3.3. O bem-estar das famílias

O gráfico 2 apresenta os dados relativos ao índice de bem-estar das famílias entrevistadas neste estudo. Nele, podemos observar que nenhuma família ficou com o índice de bem-estar abaixo de 0,8, o que indica um bom nível de bem-estar, já que este vai de 0 até 1. Este valor fica próximo ao valor de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Salvador do Sul, no ano de 2000, que foi de 0,830, apesar de haver claras distinções metodológicas na obtenção dos índices.

Dos itens investigados durante o estudo para este índice, apenas um não existia na grande maioria das famílias, que foi o filtro de água. Também a média de escolaridade tendeu a baixar um pouco o nível do bem-estar das famílias. De qualquer maneira, é um valor relativamente alto. Quanto à instalação sanitária, as famílias conseguiram recursos para que fossem instaladas fossas sépticas em todas as propriedades da comunidade, incluindo àquelas que não fazem parte do roteiro. O telefone foi um item que obteve resposta afirmativa em todas as famílias, sendo que, em algumas, apenas o telefone móvel foi relatado; mas, em todas as famílias que possuíam telefone fixo, foi relatado o desinteresse em continuar com a linha fixa, devido aos altos valores cobrados em taxas pela operadora.

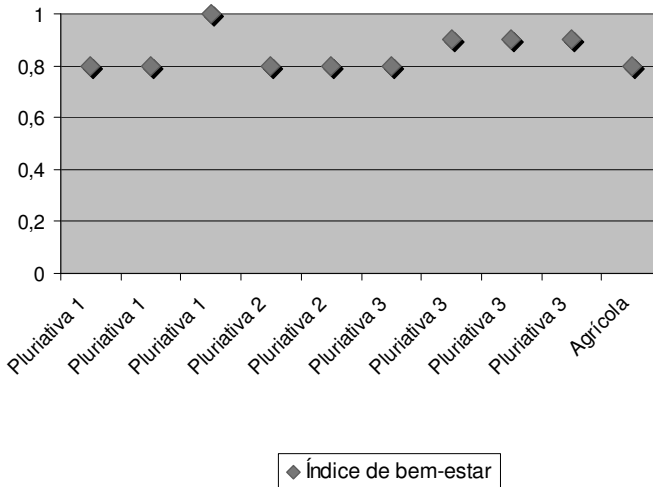


GRÁFICO 2. Índice de Bem-Estar das Famílias Estudadas\*

\* Observação: as informações aqui apresentadas se referem a todas as famílias estudadas.

Também a eletricidade se mostrou presente, sendo que todas as famílias obtêm sua eletricidade da rede geral instalada na comunidade. A coleta de lixo é realizada pela prefeitura na comunidade. Porém, para que o lixo seja recolhido, todas as famílias da comunidade devem levar o mesmo até certa parte do caminho, onde o caminhão recolhe. Este item foi motivo de reclamação entre alguns entrevistados e motivo alegado por uma das famílias para justificar a queima do lixo produzido na propriedade. O acesso à assistência médica e odontológica da comunidade estava presente em todas as famílias que participaram da pesquisa, sendo que esta assistência é realizada através do Sistema Único de Saúde – SUS, e pela Prefeitura

Municipal, e foi avaliada de forma satisfatória pelas famílias da comunidade. Quanto aos demais itens que fazem parte dos bens essenciais às famílias, como eletrodomésticos, todos estavam presentes segundo as famílias objetos do estudo.

Ao relacionarmos o índice de bem-estar encontrado, neste estudo, nas famílias da comunidade onde está inserida a Rota Colonial Linha Stein, com os resultados encontrados na composição das rendas das mesmas, observamos que elas tendem a proporcionar uma boa qualidade de vida para as famílias envolvidas com atividades não-agrícolas e principalmente com a atividade de turismo rural que, além de incremento em renda, traz consigo outros benefícios que já foram previamente discutidos.

Os resultados encontrados neste estudo, para as famílias que fizeram parte da amostragem, estão, de certa forma, em concordância com a literatura que trata do assunto. Teixeira (1998:157), ao estudar a pluriatividade na região serrana do Estado do Rio de Janeiro, comparou as famílias de agricultores puros e famílias pluriativas, destacou diferenças importantes, principalmente com relação aos bens de consumo. As famílias pluriativas apresentavam-se em melhores condições materiais quando comparadas com as famílias agrícolas.

Neste sentido, enfatiza o surgimento de novos padrões de consumo, como por exemplo, a forma de decoração e o conforto das habitações, a compra de eletrodomésticos, automóveis e antenas parabólicas. Do ponto de vista do desenvolvimento rural, estes resultados assumem uma dimensão importante na medida em que a pluriatividade se constituiu num recurso extremamente eficaz, tanto para fornecer oportunidades de retenção da população no espaço rural, como para elevar o padrão de vida das famílias estudadas. Obviamente esta questão levanta implicações adicionais para outros aspectos, como a provisão de serviços e a vida social.

É importante relatar o efeito da introdução da atividade de turismo rural no bem-estar da comunidade da Linha Stein, também para as que não adotaram a atividade. Os relatos que foram feitos durante as entrevistas mostravam claramente o sentimento de “satisfação”, quando as famílias falavam sobre as atividades que vinham sendo desenvolvidas, durante os anos em que vêm trabalhando com o turismo rural, bem como quando relatavam as histórias que viveram. Um fato importante a ser levado em consideração é a atitude das famílias vizinhas quando perceberam as

melhorias que foram adotadas pelas famílias para atender aos visitantes que passariam a receber. Com esta percepção, elas buscaram também melhorias para as suas propriedades, o que acabou lhes proporcionando uma grande melhoria nas condições de vida e até mesmo nos seus processos de produção. Em relação ao planejamento, visando à introdução da atividade de turismo rural, as famílias fizeram um ajardinamento em suas propriedades para que estas se tornassem mais atraentes para os visitantes, bem como foram afastadas as pocilgas das residências, sendo construídas fossas para o descarte dos dejetos dos animais, sem prejudicar o meio ambiente. Ao perceber estas atitudes, as demais famílias vizinhas, que não participam do roteiro, acabaram aderindo e fazendo também o ajardinamento em suas propriedades, bem como o afastamento das pocilgas das residências e demais cuidados com a higiene e apresentação de suas propriedades. Durante o estudo constatou-se que tal atitude visava a que os visitantes tivessem uma boa impressão de suas propriedades, já que estas também compunham a comunidade apesar de não estarem abrindo suas propriedades à visitação. Podemos então observar a influência da atividade turística mesmo nas famílias que não entraram no roteiro, através da adesão a certas atitudes tomadas pelas famílias que adotaram o turismo rural.

Outra característica importante, identificada através de informações dos técnicos da EMATER/RS – Ascar e da Prefeitura de Salvador do Sul, foi o interesse destas famílias vizinhas ao roteiro em participar das atividades. Não há o interesse de todas as famílias, mas da maioria. Algumas das famílias já estão se preparando, conforme foi identificado no estudo, para começar a participar do roteiro, adequando a infra-estrutura através de algumas melhorias no domicílio e através dos cursos de capacitação dos quais as famílias, que já atuam com o turismo rural, participam. Importante também é o fato da tomada de consciência das famílias sobre a importância da manutenção de seus costumes, origens e suas culturas. Isso se percebe através das restaurações que foram e estão sendo feitas ainda nas construções, por exemplo, para a recepção dos visitantes, onde as famílias têm o cuidado para que as construções sejam mantidas em seus estilos.

Mas, segundo relatos dos técnicos da EMATER/RS – ASCAR, essa consciência não foi absorvida logo no início do processo para a adoção das atividades de turismo rural, pois, existiram casos onde a família realizou uma ampliação na casa para uma melhor acomodação dos

produtos que são vendidos durante as visitas, e mesmo para que os grupos de visitantes tivessem um espaço mais amplo. Essa ampliação modificou o estilo original da construção. Neste caso, a família atualmente está disposta a recuperar o estilo anterior à construção da casa, pois percebeu o interesse do visitante no estilo da casa, bem como em seu contexto histórico. Juntamente a estas observações podemos ainda unir o sentimento de uma necessidade de preservação ambiental que foi detectada durante o estudo para todas as famílias analisadas, no sentido de manter o meio ambiente limpo e intocado, já que esta era também uma demanda por parte dos turistas que foi observada pelas famílias que trabalham com o turismo rural e também pelas que são vizinhas.

Outro aspecto relevante identificado por este estudo foi a organização social que a introdução da atividade de turismo rural na comunidade de Linha Stein provocou entre as famílias. Foi através desta organização das famílias entre si que foram conseguidos os recursos para melhorias na rede sanitária, nas moradias e infra-estrutura para recepção, para melhoria na higiene das moradias, bem como para angariar recursos do PRONAF e outros tipos de financiamento como RS rural . Esta organização das famílias chegou a proporcionar para a atividade de Turismo Rural uma lei municipal, aprovada pela câmara de vereadores, a lei nº 2428 de 02 de abril de 2003, Lei de Incentivo ao Turismo de Salvador do Sul.

A aprovação desta lei proporcionou algumas vantagens para a comunidade, como a participação ativa da Prefeitura para o incentivo das atividades de turismo rural e algumas melhorias em infra-estrutura, como as estradas, o funcionamento da coleta de lixo na comunidade, entre outras. Segundo esta lei, a prefeitura reduz em 50% os preços de execução de serviços para melhorias nas construções e estradas como terraplenagem, serviços com equipamentos rodoviários, pedra britada, abertura de açudes, entre outros.

#### **4. Considerações finais**

Diante do que foi apresentado, podemos perceber a importância das discussões sobre as estratégias de desenvolvimento rural, bem como

das alternativas que se apresentam para alcançá-lo. Neste estudo, foi visto a relevância da pluriatividade e especificamente do turismo rural dentro deste contexto. Embora saibamos que a pluriatividade esteve sempre presente nas propriedades agropecuárias, identificamos atualmente uma intensificação destas atividades agora, não mais como uma atividade realizada eventualmente, mais por amizade e compadrio, sem qualquer intuito de acréscimo de renda, mas sim diante de uma necessidade de subsistência e manutenção das famílias no meio rural (Vieira et al., 2006).

Confirmando a expressão da pluriatividade, constatamos que das 10 famílias que participaram do estudo, apesar de apenas 5 delas estarem atuando com a atividade de turismo rural, somente duas famílias são exclusivamente agrícolas. Assim, podemos concluir que a pluriatividade, na comunidade Linha Stein, é uma alternativa bastante utilizada e eficaz para a manutenção destas famílias no campo. A pluriatividade vinha sendo desenvolvida, nas famílias, mesmo antes da consolidação da rota de turismo rural<sup>9</sup>, o que confirma a literatura, que diz que estas atividades externas à propriedade rural têm grande importância na composição da renda dos agricultores familiares e na sua manutenção no campo. As pluriatividades estavam presentes em praticamente toda a amostra, e em poucos momentos elas não estavam ligadas ao turismo rural. Entre as famílias que não trabalham com a atividade, excetuando-se as famílias que são exclusivamente agrícolas, as ocupações são bastante variadas, sendo serviços domésticos, construção civil, comércio, frete, entre outras que se caracterizaram neste estudo como subempregos.

Um importante papel da atividade de turismo rural que é desenvolvida na comunidade é amenizar a situação da falta de empregos com carteira assinada, proporcionando a estas famílias um modo de garantir além de incremento de renda, uma melhoria na qualidade de vida. Esta atividade promoveu vários benefícios às famílias estudadas, sendo desde o fortalecimento de sua cultura e costumes até o incremento de renda. Podemos então identificar uma necessidade de incentivo a atividade e até sua integração com atividades ambientais, por exemplo.

No que diz respeito à composição das rendas das famílias estudadas, podemos concluir que as rendas mais importantes são,

---

<sup>9</sup> A EMATER-ASCAR vinha realizando anteriormente, em conjunto com estes agricultores, um trabalho de organização dos mesmos para a venda direta de produtos na sede do município. Ou

respectivamente, as rendas agrícola, não-agrícola, de aposentadorias ou pensões e, com menor importância, as outras rendas. Nesta composição podemos então concluir que a atividade agropecuária deve se manter mesmo entre as famílias que trabalham com turismo rural, o que se deve inclusive ao fato destas atividades estarem muito inter-relacionadas na Rota. A importância relatada para as famílias estudadas da renda não-agrícola, sendo que boa parte é provinda do turismo rural, reforça a relevância para que se criem políticas de incentivo a esta atividade, bem como uma melhor fiscalização para as atividades não-agrícolas que provocam o subemprego. Outra conclusão relevante é o peso que as rendas de aposentadorias e pensões têm na composição da renda das famílias da comunidade Linha Stein, significando a parcela estável de sua renda total e a aquisição segura de medicamentos importantes, por exemplo. A renda *per capita* indicativa de qualidade de vida é superior a 1,4 salários mínimos nacional, para as famílias que compuseram este estudo, o que podemos considerar como uma renda *per capita* ao menos razoável. Este fato se deve, inclusive, devido à introdução do turismo rural na comunidade, o que elevou esta renda para as famílias analisadas neste estudo.

Acerca do bem-estar, podemos dizer que este índice para as famílias da comunidade Linha Stein obteve um bom desempenho. O índice de bem-estar está diretamente relacionado com o desenvolvimento rural, conseqüentemente podemos concluir, diante de todos os elementos que foram discutidos neste estudo, que a atividade turística pode ser considerada como um elemento importante para o desenvolvimento rural da comunidade Linha Stein. Neste caso, devemos também levar em consideração as demais atividades exercidas pelas famílias que são identificadas como pluriatividade, mas sempre tendo consciência de que esta pode trazer também problemas como o subemprego. É importante também destacar que mesmo as famílias que não trabalham com o turismo rural foram beneficiadas indiretamente, e algumas vezes até diretamente, com o acesso a bens e serviços essenciais, e recursos para sanidade e higiene e melhoria de infra-estruturas em função do turismo rural em sua comunidade, o que também contribuiu para o aumento do nível de bem-estar geral.

---

seja, os agricultores familiares que se integraram à rota, quando da sua implantação, já eram agricultores empreendedores pluriativos.

A organização das famílias levou à conquista de uma lei municipal de incentivo ao turismo, dentre outras tantas, o que nos permite concluir que a atividade de turismo rural também pode proporcionar uma aprendizagem sobre o trabalho em equipe, bem como a colaboração entre os envolvidos na atividade, sendo estes requisitos importantes para o desenvolvimento do turismo e da comunidade.

A necessária extensão deste estudo, bem como a verificação destes dados em comunidades que tenham diferentes características das aqui analisadas, já que o município de Salvador do Sul está inserido em uma região das mais economicamente dinâmicas do Rio Grande do Sul, pode nos trazer outras valiosas informações sobre os possíveis benefícios da atividade de turismo rural, bem como as principais dificuldades para implantação e desenvolvimento da atividade.

## 5. Referências bibliográficas

BLOS, W. O turismo rural na transição para um outro modelo de desenvolvimento rural. In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.

BRUN, A. La famille comme unité d' analyse du secteur agricole. *Économie Rurale*, N° 198, 1989. nov.-déc.pp.3-8.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos 50 anos. Rio de Janeiro: IPEA, 1999. 23 p., Texto para discussão, n. 621.

CAVACO, C. Desafios e desenvolvimento rural: notas de leitura. Lisboa, 2004. 14p. Separata de: Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia. Vol. XXXIX – 78, Lisboa 2004.

CAVACO, C. As paisagens rurais: do 'Determinismo Natural' ao 'Determinismo Político'? Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia. Vol. XL-79, Lisboa. 2005.

CRISTÓVÃO, A. e MIRANDA, R. Organizações Locais e Desenvolvimento Rural. In: CRISTÓVÃO, A., DIÉGUEZ, V. C. e BAPTISTA (Coord.) Dinâmicas Organizacionais e Desenvolvimento Local. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. 2005.



DELGADO, G. C. & CARDOSO Jr., J. C. Principais resultados da Pesquisa Domiciliar sobre a Previdência Rural na Região Sul do Brasil. Brasília, IPEA. 2000.

FORNECK, T. G. Relatório de Ações e Resultados. EMATER/RS-ASCAR. Escritório Municipal de Salvador do Sul. 2005.

FUCKS, P. M. Turismo, Agricultura e Patrimônio: São Lourenço do Sul (RS). Santa Maria-RS. FACOS/UFSM, 2005. 190p. (Série Dissertações em Turismo Rural, Nº 05).

GARCIA, R. C. O desenvolvimento rural e o PPA 2000/2003: uma tentativa de avaliação. Brasília, 2003. Texto para discussão n. 938/IPEA. Disponível em [www.ipea.gov.br](http://www.ipea.gov.br) (acesso em 17/07/2006).

GRAZIANO DA SILVA, J. O novo rural brasileiro. Campinas: UNICAMP, IE (Coleção Pesquisas, 1). 1999.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e um exemplo de medida. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 42, 2004, Cuiabá. Anais ... Cuiabá: 2004. CD-ROM.

KNUTSON, R. D., PENN, J. B., FLINCHBAUGH, B. L. Agricultural and Food Policy. E.U.A.: Pearson, Prentice Hall, 2004.

LEAL, R. S. Pluriatividade e Atividades Não-Agrícolas no Estado do Rio Grande do Sul: Anos 90. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria-RS. 2004.

MACKINNON, N. et al. Pluriativity, structural change and farm household vulnerability in Tho Wester Europe. Sociologia Ruralis, v. XXX, n. 1, p. 58-71.

SIMÕES, O. Turismo em espaços rurais: um ponto de partida. In: SIMÕES, O.; CRISTÓVÃO, A. (orgs.). Turismo em Espaços Rurais e Naturais. Instituto politécnico de Coimbra. Coimbra, 2003.

TEIXEIRA, V. L. Pluriatividade e agricultura familiar na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, 1998. Dissertação (Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

VIEIRA, E. M. O Turismo Rural como um Vetor do Desenvolvimento Regional e Local. In: CONGRESSO INTERNACIONAL SOBRE TURISMO RURAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 5., 2006, Santa Maria. Anais... Santa Maria: Facos/UFSM, 2006, 687p.

TURISMO RURAL, RENDA E BEM-ESTAR: ESTUDO COM AGRICULTORES FAMILIARES NO MUNICÍPIO DE SALVADOR DO SUL,  
RS

ZIMMERMANN, A. Turismo rural: um modelo brasileiro. Florianópolis, 1996.